



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0011914-61.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Sumário - Seguro**  
 Requerente: **Juliana Figueiredo Antonio**  
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

Processo nº 1235/13

JULIANA FIGUEIREDO ANTONIO, qualificada na inicial, ajuizou ação de Procedimento Sumário em face de Porto Seguro Cia de Seguros Gerais, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 10 de agosto de 2003 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor equivalente a R\$27.120,00.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A* e falta de interesse processual por ausência de requerimento administrativo, e ausência de documento essencial para a propositura (*laudo do IML*); no mérito alega prescrição, contestando que a invalidez do autor seja permanente, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Não é caso de ilegitimidade passiva: *"inadmissível a pretensão de inclusão no pólo passivo da ação de cobrança da Seguradora Líder dos Seguros DPVAT"* (cf. Ap. Nº 990092573098 – 32ª Câmara de Direito Privado TJSP – 12/11/2009<sup>1</sup>), já que *"em caso de acidente, o beneficiário pode reclamar a indenização na seguradora de sua preferência"*<sup>2</sup>.

Também não há se falar em falta de interesse processual, porquanto não haja necessidade de providenciar prévio pleito administrativo, a propósito do entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: *"DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. INTERESSE DE AGIR. EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE"* (cf. Ap. nº 0011158-40.2011.8.26.0625 - 27ª Câmara de Direito Privado TJSP - 11/06/2013<sup>3</sup>).

De igual modo, não falta documento essencial à propositura da ação: *"Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do*

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>2</sup> JTACSP – Volume 147 – página 129.

<sup>3</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada” (cf. Ap. 9177086-24.2008.8.26.0000 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/06/2012<sup>4</sup>).*

No mérito, a questão envolvendo a prescrição resta prejudicada. Não há como se apurar o termo inicial para a contagem do prazo prescricional, pois não há elementos seguros para se aferir o momento em que houve a consolidação da lesão, o que faz presumir a favor da autora que a mesma teve ciência inequívoca da consolidação de sua incapacidade em data próxima ao ajuizamento da ação, o que inclusive é corroborado pelo teor do laudo pericial. Assim, de rigor rejeitar-se essa causa extintiva do direito.

O laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho da autora, permanente, da ordem de 35% e é claro ao apontar sequelas: *“perda funcional moderada do membro inferior esquerdo devido a luxação de bacia com disjunção dos ossos ilíacos sofridas no acidente em questão”* (fls. 110).

Para fins de se fixar um percentual da incapacidade da pessoa da autora, para o trabalho, o laudo foi claro: *“Há nexos de causalidade entre as sequelas apresentadas pela autora e o acidente em questão. Há dano patrimonial físico sequelar estimado em 35% (70% X 50% perda parcial incompleta de um dos membros inferiores em grau moderado) am analogia com a Tabela do DPVAT”* (fls. 109/110).

Tem-se, portanto, por comprovada a invalidez total e permanente da autora, em razão do acidente de trânsito.

É, portanto, devida a indenização.

Destaque-se ainda, o valor da indenização deve ser tomado com base no limite de “até” 40 salários mínimos, nos termos do que regulava a alínea b. do inciso III, do art. 3º da Lei nº 6.194/1974, vigente ao tempo do acidente que vitimou o autor, não havendo se falar em impossibilidade de utilização do salário mínimo como referência: *“Descaracterização do salário mínimo, que não alcança o valor do seguro obrigatório, previsto na Lei n. 6.194, de 1974, e que não foi revogada - Cobrança procedente - Recurso provido - Voto vencido”*<sup>5</sup>.

A ação é procedente em parte, para fixar-se a indenização em 35% do valor equivalente a 40 salários mínimos vigentes na data do acidente, qual seja, abril de 2006, devidamente acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar daquela data, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação.

A correção monetária não pode incidir da propositura da ação pois *“a correção monetária não é um “plus” mas mera recomposição do poder aquisitivo da moeda”* (Apelação n. 597.850-5, Nona Câmara, do Primeiro Tribunal de Alçada Civil, v. u., OPICE BLUM, Relator<sup>6</sup>).

Em resumo, a ré sucumbe e deverá arcar com o pagamento da indenização, conforme acima liquidado, além de arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado, fixação que se faz no patamar máximo em razão de que a ré tenha se valido de teses várias, em sua totalidade já reiteradamente rejeitadas por nossos tribunais, demonstrando espírito voltado à protelação do atendimento do direito da autora, vitimada gravemente por acidente de trânsito, conforme a leitura dos autos permitiria à ré concluir e verificar.

Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, em consequência do que CONDENO a ré Porto Seguro Cia de Seguros Gerais a pagar à autora JULIANA FIGUEIREDO ANTONIO a importância que vier a ser apurada em regular liquidação por cálculo, de 35% (quinze por cento) do valor equivalente a 40 (quarenta) salários mínimos

<sup>4</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>5</sup> JTACSP - Volume 128 - Página 170.

<sup>6</sup> JTACSP - Volume 155 - Página 101.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

vigentes em agosto de 2003, devidamente acrescida de correção monetária pelo índice do INPC, a contar daquela data, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, e CONDENO a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% do valor da condenação, atualizado.

P. R. I.

São Carlos, 30 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**